



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002580-32.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **HELOISA VENÂNCIO DOS SANTOS**
 Requerido: **CENTER CREDIT RECUPERADORA DE CRÉDITO E COBRANÇA SS LTDA e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantém conta junto ao terceiro réu pouco movimentada.

Alegou ainda que foi surpreendida com a notificação para fazer o pagamento de importância que especificou, constando então o segundo réu como cedente desse crédito e o primeiro, como notificante.

Salientou que a cessão de créditos operada seria irregular porque não teria sido notificada da mesma, de sorte que postula o ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Reputo que em face da matéria trazida a debate todos os réus ostentam legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual.

Isso porque o centro da controvérsia diz respeito à validade ou não da cessão de crédito levada a cabo entre os réus, assunto em relação ao qual todos possuem ligação.

Rejeito as preliminares arguidas pelo primeiro e terceiro réus no particular, pois.

Quanto ao mérito, a autora de início fez tímida referência de que não sabia a origem do débito em apreço, mas indicou como argumento fulcral de sua pretensão a circunstância de não ter sido notificada de sua cessão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A existência da dívida restou suficientemente demonstrada a fls. 111/113, não tendo a autora em momento algum ofertado impugnação específica a tais documentos.

Isso permite a primeira conclusão de que o débito efetivamente foi constituído sem que houvesse a respectiva quitação.

Assentada essa premissa, resta saber se a eventual falta de notificação da autora sobre sua cessão importa alguma irregularidade.

Preservado o respeito tributado aos que perfilham entendimento diverso, reputo que a situação posta nos autos não se reveste de qualquer imperfeição.

Com efeito, estando patenteada a existência da dívida, pode aquele a quem ela foi cedida buscar a sua satisfação junto ao devedor mesmo que este não possua ciência da cessão porventura operada.

É o que prevê o art. 293 do Código Civil ao dispor que *"independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido"*.

Foi o que sucedeu na espécie vertente, em que os dois primeiros réus se limitaram a resguardar o direito que lhes foi cedido pelo terceiro.

Nem se diga que o art. 290 do mesmo diploma legal alteraria o panorama traçado, porquanto ele tem por escopo somente evitar que o devedor que saldou a dívida perante o credor originário seja compelido a fazê-lo novamente junto ao cessionário.

Esse é o âmbito de aplicação da aludida norma, não projetando efeitos a situações outras.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo instado a pronunciar-se sobre o tema reiteradamente se posicionou sobre a legitimidade de condutas semelhantes à discutida nos autos:

“AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Alegação do autor de que não reconhece a dívida que está sendo cobrada. Pretensão à declaração de inexistência dos débitos apontados e indenização por danos morais. Inadmissibilidade. O apelado adquiriu direitos creditórios por meio de cessão de crédito. A dívida foi comprovada. Os documentos juntados aos autos demonstram que o crédito foi cedido pelo Banco CSF S/A. para a empresa ora apelada. A falta de notificação da cessão não isenta o devedor do pagamento da dívida. A empresa ora apelada apenas exerceu ato conservatório do seu direito, nos termos do artigo 293 do Código Civil. Sentença mantida. Recurso desprovido.” (TJ-SP, Apelação nº 4000292-72.2013.8.26.0482, 37ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **ISRAEL GÓES DOS ANJOS**, j. 03/06/2014 - grifei).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

“RESPONSABILIDADE CIVIL – Inexigibilidade do débito - Cessão de Crédito sem notificação do devedor - Ausência de pagamento - Ineficácia prevista no art. 290 do Código Civil protege apenas o devedor que pagou o débito ao credor originário sem conhecimento sobre a cessão, para não ser lhe exigido a pagar novamente ao cessionário - Existência de débito pendente – Inscrição em Cadastro de Inadimplentes - Ausência de ilicitude - Danos morais inexistentes - Sentença confirmada - RECURSO NÃO PROVIDO.” (TJSP, Apelação nº 9112338-46.2009.8.26.0000, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **ELCIO TRUJILLO**, j. 22/12/2010 - grifei).

“AÇÃO DECLARATORIA DE INEXIGIBILIDADE C.C. REPARAÇÃO DE DANOS - Cessão de crédito – Ausência de notificação da devedora - Cessão não eficaz em relação a ela - Artigos 290 e 293 do Código Civil - Existência e validade da dívida incontroversas – Débito exigível - Possibilidade de inscrição nos órgãos de proteção ao crédito - Responsabilidade civil não configurada - Precedentes - Sentença mantida. Recurso não provido.” (TJSP, Apelação nº 0021323-33.2009.8.26.0071, 37ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **DIMAS CARNEIRO**, j. 14/10/2010 - grifei).

Essas orientações aplicam-se com justeza à hipótese dos autos, o que impõe a rejeição da pretensão deduzida à minguada de ato ilícito levado a cabo pelos réus.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**